TONIA RUSSOMANO MACHADO

**CONDIÇÕES FACILITADORAS DO ATIVISMO JUDICIAL NA
JUSTIÇA DO TRABALHO**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Doutor Nelson Mannrich

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

TONIA RUSSOMANO MACHADO

**CONDIÇÕES FACILITADORAS DO ATIVISMO JUDICIAL NA
JUSTIÇA DO TRABALHO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito do Trabalho e Seguridade Social, sob a orientação do Professor Titular Doutor Nelson Mannrich.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Machado, Tonia Russomano.

Condições facilitadoras do ativismo judicial na Justiça do Trabalho. São Paulo, 2018.

253 fls.

Orientador: Professor Titular Doutor Nelson Mannrich.

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Direito do Trabalho e Seguridade Social, 2018.

1. Ativismo judicial. 2. Constituição Federal de 1988. 3. Princípios constitucionais. 4. Dignidade humana. 5. Justiça do Trabalho. I. Machado, Tonia Russomano. II. Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Tonia Russomano Machado

Título: Condições facilitadoras do ativismo judicial na Justiça do Trabalho.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Direito.

Área de Concentração: Direito do Trabalho e da Seguridade Social.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Professor Titular Doutor Nelson Mannrich (Orientador)

Instituição: FADUSP

Assinatura: _____

Professor Doutor _____

Instituição: FADUSP

Assinatura: _____

Professor Doutor _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Professor Doutor _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de dedicar meus mais sinceros agradecimentos ao meu orientador, Professor Nelson Mannrich, por ter propiciado meu ingresso a esse Programa de Pós-Graduação, por ter se mostrando incansável no decorrer da orientação e por ter insistido na necessidade de um olhar multidisciplinar para a evolução de qualquer estudioso. Sem ele, nada disso teria sido possível.

À Professora Elza Antonia Pereira Cunha Boiteux, que além de ter sido responsável por ministrar minha primeira aula do curso, teve presença determinante durante toda a trajetória percorrida até aqui. Para além dos Direitos Humanos, é um notável exemplar de ser humano. Certamente uma das pessoas mais educadas, generosas e admiráveis com quem tive oportunidade de conviver durante a vida. Seus ensinamentos foram determinantes para minha evolução não só acadêmica, como pessoal.

Ao Professor Celso Fernandes Campilongo pela generosidade demonstrada durante o Exame de Qualificação. Suas contribuições foram decisivas para o enriquecimento da pesquisa.

Aos Professores Manoel Gonçalves Ferreira Filho e Elival da Silva Ramos, por terem plantando em mim o interesse pelo estudo do tema relacionado ao ativismo judicial.

A todos os professores com quem me deparei ao longo do curso. A lição de cada um deles está presente nesse trabalho e me acompanhará por toda a vida.

Aos meus colegas de escritório, por terem propiciado minha necessária imersão para o enfrentamento dessa jornada.

À minha família, pelas minhas incontáveis ausências.

RESUMO

MACHADO, Tonia Russomano. **Condições facilitadoras do ativismo judicial na Justiça do Trabalho**. 2018. 253 fls. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A notável ascensão do Poder Judiciário na era moderna propiciou o surgimento de um fenômeno bastante relevante, o do ativismo judicial. Especificamente no Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988 teve um importante papel para o seu incremento. Destacam-se, nesse contexto, o formato e o modelo adotados pela Carta, as controvérsias em torno da previsão de aplicação imediata dos direitos fundamentais, o alargamento dos poderes concedidos ao Supremo Tribunal Federal, o papel exercido pelo Poder Judiciário no controle de políticas públicas, a consagração do ideário dos direitos humanos e, por fim, a contemporânea valorização dos princípios constitucionais. Notadamente a posição de destaque conferida ao princípio da dignidade humana acabou por proporcionar uma importante expansão do campo destinado à atividade jurisdicional, na medida em que seu praticamente ilimitado campo de abrangência permite sua invocação nos mais diversos contextos e com vistas a buscar emprestar legitimidade aos mais variados resultados, inclusive àqueles que contornam o teor do regramento legal aplicável ao caso. A adoção de práticas ativistas pode ser diferenciadamente percebida no âmbito da jurisdição trabalhista, em razão das raízes históricas do Direito do Trabalho e das inúmeras especificidades inerentes a esse ramo jurídico tornarem especialmente propícia a incorporação de uma postura mais “ativa” por parte do julgador. Foram notadamente esses particulares e ricos contornos que conduziram o encaminhamento do objeto do presente estudo para a análise das condições facilitadoras do ativismo judicial na Justiça do Trabalho.

Palavras-chave: Ativismo judicial. Constituição Federal de 1988. Princípios constitucionais. Dignidade humana. Justiça do Trabalho.

ABSTRACT

MACHADO, Tonia Russomano. ***Condições facilitadoras do ativismo judicial na Justiça do Trabalho*** (Judicial activism-facilitating conditions in labor courts.) 2018. 253 pgs. Master's Thesis. Law School, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The judiciary's remarkable rise in the modern age allowed for quite a relevant phenomenon to emerge, i.e. judicial activism. Specifically in Brazil, the enactment of the 1988 Federal Constitution played an important role in its expansion. A few aspects stand out in such backdrop. For instance, the format and model adopted by the Constitution, the controversies regarding the provision for fundamental rights to be immediately enforced, the increasing powers given to the Brazilian Supreme Court, the role played by the judiciary in public policy control, human rights ideas taking firm root, and finally, the great value placed on constitutional principles nowadays. Notably, the prominent position given to the principle of human dignity has led to a significant expansion of the field in which judges operate. That is because their nearly endless scope of work allows them to be called upon in a wide variety of backdrops in an effort to lend legitimacy to a vast array of results, including to those which circumvent the contents in laws applicable to a case. The adoption of activist practices can be detected in different ways in labor courts. That is because labor laws' historic roots and the myriad particularities inherent to this legal branch make it that much easier for judges to take on a more "active" stance. Such were the particularities and content-rich outlines which notably set the course for this study to analyze the conditions which facilitate judicial activism in labor courts.

Key words: Judicial activism. 1988 Federal Constitution. Constitutional principles. Human dignity. Labor courts.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. ASCENSÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA ERA MODERNA	19
2. O PAPEL DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NO FORTALECIMENTO DO PODER JUDICIÁRIO	35
2.1 Contexto histórico, formato e modelo.....	35
2.2 A polêmica previsão de aplicação imediata dos direitos fundamentais.....	41
2.3 Alargamento dos poderes concedidos ao Supremo Tribunal Federal.....	48
2.4 Controle jurisdicional de políticas públicas.....	54
2.5 Consagração do ideário dos direitos humanos	64
2.6 Valorização dos princípios constitucionais	77
3. NEOCONSTITUCIONALISMO	91
3.1 Origem, características e dificuldades	91
3.2 Riscos do moralismo.....	99
3.3 A (des)necessidade de uma nova hermenêutica	111
4. JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E ATIVISMO JUDICIAL	119
4.1 Judicialização da política.....	119
4.2 Ativismo Judicial.....	128
4.3 Dificuldades inerentes à identificação do ativismo judicial	139
4.3.1 Os problemas em torno da discricionariedade judicial	139
4.3.2 Especificidades envolvendo a hermenêutica constitucional.....	146
4.3.3 A questão das lacunas e a introdução da equidade.....	151
4.3.4 As fragilidades dos parâmetros usualmente propostos.....	155
5. ATIVISMO JUDICIAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	163
5.1 Breves apontamentos sobre a evolução histórica do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho	163
5.2 Especificidades inerentes ao Direito do Trabalho e ao Processo do Trabalho	170
5.3 Ativismo judicial na Justiça do Trabalho	177
6. ANÁLISE CRÍTICA DE DECISÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO	187
6.1 Reforma Trabalhista.....	187
6.2 Terceirização de caráter geral.....	193
6.3 Terceirização de <i>call centers</i> de empresas de telefonia	200
6.4 Aplicação da responsabilidade objetiva nas ações indenizatórias	203
6.5 Dispensas coletivas	207
CONCLUSÕES.....	211
REFERÊNCIAS	219

INTRODUÇÃO

Especialmente no decorrer dos séculos XX e XXI, é facilmente perceptível uma significativa alteração no papel desempenhado pelo Poder Judiciário.

Paulatinamente, a aplicação mecânica dos textos legais que caracterizou a postura adotada pelo julgador nos séculos anteriores é substituída por um notável aumento de participação do intérprete no que toca à construção da norma de decisão.

Um dos fatores que contribuíram decisivamente para tanto foi o advento do *Welfare State* ou Estado do Bem-Estar Social, consolidado ao redor do mundo como resposta à histórica crise proporcionada pela eclosão da Grande Depressão, havida no ano de 1929.

Esse novo modelo foi concebido com o propósito de assegurar um maior intervencionismo do Estado no contexto social, econômico e político de cada país.

Para propiciar sua consecução, as constituições passaram a contemplar direitos e garantias que demandam a adoção de uma postura estatal positiva, tais como saúde, educação, moradia, entre outros.

Apesar de a adoção das providências necessárias à sua efetiva concretização incumbirem originariamente aos Poderes Executivo e Legislativo, o sistema criado torna possível a intensa participação do Poder Judiciário na hipótese de omissão daqueles, notadamente no âmbito da jurisdição constitucional.

Outro marco histórico relevante diz com a Segunda Guerra Mundial.

Por certo, as atrocidades cometidas à época contribuíram decisivamente para a conclusão quanto à necessidade de um ordenamento supralegal que assegurasse um patamar mínimo de civilidade para todos os povos.

Visando a propiciar o alcance desse objetivo, tem início, a partir do pós-guerra, o desenvolvimento do ideário internacional dos direitos humanos, com base no pressuposto da necessária proteção à dignidade humana, em qualquer contexto, em qualquer local do mundo e em qualquer época.

Com isso, gradativamente o discurso dos direitos humanos foi sendo incorporado não só pelos principais diplomas internacionais, como também pelas normas constitucionais das democracias ocidentais.

A Constituição Federal de 1988 não foge a esse formato. Além de ter abraçado a dignidade humana como sua espinha dorsal, albergou em seu texto diversos outros valores expressos sob a forma de princípios.

Não é por outra razão que o Direito Constitucional pátrio tem atualmente centrado nas normas de natureza principiológica, seu principal foco de atenção.

A contemporânea valorização dos princípios levou ao desenvolvimento de um movimento denominado “neoconstitucionalismo”, que pretende estabelecer um novo modelo de atuação para o Poder Judiciário, com base no argumento de que o positivismo jurídico não seria compatível com a introdução de elementos valorativos à tarefa de interpretação judicial.

Essa almejada vinculação entre Direito e moral, no entanto, traz consigo algumas consequências dignas de atenção.

Merece especial destaque, nesse contexto, o fato de os desacordos morais sabidamente verificados nas complexas sociedades modernas dificultarem imensamente que seja assegurada a desejável previsibilidade do ordenamento jurídico.

Com efeito, a vinculação da validade da norma jurídica a critérios de ordem moral, associada à subjetividade inerente aos princípios, facilita sensivelmente o alargamento do campo de atuação destinado ao intérprete.

Todos esses aspectos colaboram para a ascensão do Poder Judiciário, que modernamente, com o advento do Estado Democrático de Direito, que alia o caráter promocional próprio ao Estado do Bem-Estar Social com a defesa dos direitos fundamentais, passa a centralizar as expectativas de concretização da transformação social ardorosamente aguardada pela sociedade brasileira desde o restabelecimento do ambiente democrático, coroado com a promulgação da Carta de 1988.

De fato, a falta de concretização de grande parte dos direitos e das garantias abarcados pela Lei Maior propiciou que o Poder Judiciário, pouco a pouco, passasse a preencher os espaços deixados pelos poderes políticos.

O exercício de um papel político por parte do Poder Judiciário se mostrou determinante para o surgimento do fenômeno conhecido como ativismo judicial, que se caracteriza por algum grau de extrapolação dos limites desenhados para a tutela jurisdicional.

A adoção desse novo modelo de atuação faz surgirem inúmeros questionamentos, especialmente em relação ao cenário de insegurança jurídica por ele propiciado, ao risco de violação ao princípio da separação de Poderes e, igualmente, ao próprio ambiente democrático, tendo em vista que os integrantes do Poder Judiciário são os únicos não subordinados à eleição popular.

Apesar de o ativismo judicial se constituir em fenômeno da maior relevância, já que implica a alteração da concepção histórica acerca do papel desempenhado pelo Poder Judiciário, a doutrina ainda não logrou oferecer parâmetros definitivos que permitam sua adequada identificação e, conseqüentemente, seu indispensável controle.

A aludida lacuna favorece um incremento ainda maior de decisões com viés ativista, na medida em que os atuais diplomas nacionais e internacionais fornecem o arcabouço necessário para a justificação dos mais variados resultados construídos pelo intérprete.

O ativismo judicial fica, dessa forma, oportunamente encoberto sob o alargado manto conferido à atividade interpretativa legitimamente exercida pelo julgador.

Disso resulta a importância atinente à análise das condições facilitadoras do ativismo judicial, que diz com o objeto do presente estudo.

Em razão das singularidades presentes no cenário nacional, notadamente no que toca aos os elementos ofertados pela Constituição Federal de 1988, optou-se pelo direcionamento da pesquisa ao contexto verificado no âmbito da realidade brasileira.

Dentro desse universo, há um ramo do Poder Judiciário no qual a adoção de práticas ativistas pode ser diferenciadamente percebida: a Justiça do Trabalho.

Com efeito, a origem histórica do Direito do Trabalho e as especificidades inerentes a esse segmento jurídico tornam especialmente propícia a incorporação de uma postura mais “ativa” por parte do julgador.

Foram exatamente os particulares e ricos contornos que envolvem a prática do ativismo judicial no âmbito da jurisdição trabalhista que conduziram o encaminhamento do trabalho nessa direção.

Na busca por tentar contribuir, de alguma forma, para o enfrentamento das intrincadas questões que envolvem a temática, pareceu-nos relevante primeiramente contextualizar o fenômeno do ativismo judicial.

Nesse sentido, o Capítulo I apresenta algumas breves considerações históricas acerca da ascensão do Poder Judiciário na era moderna.

O capítulo seguinte é dedicado à avaliação do papel da Constituição Federal de 1988 no fortalecimento do Poder Judiciário, no qual é abordado o contexto histórico em que promulgada a Carta, o formato e o modelo por ela adotados, as polêmicas em torno da previsão de aplicação imediata dos direitos fundamentais, o alargamento dos poderes concedidos ao Supremo Tribunal Federal, o papel exercido pelo Poder Judiciário no controle de políticas públicas, a consagração do ideário dos direitos humanos e, por fim, a valorização dos princípios constitucionais.

Ao longo do Capítulo III, são investigadas a origem, as características e as dificuldades próprias ao fenômeno do neoconstitucionalismo, assim como os riscos advindos da vinculação do Direito à moral e a real necessidade de ser criada uma nova hermenêutica.

No Capítulo IV, passa-se ao enfrentamento da questão relacionada à judicialização da política, ao ativismo judicial propriamente dito e às inúmeras dificuldades que envolvem sua identificação.

Ao longo do Capítulo V, é propiciado o estudo acerca das raízes históricas do Direito do Trabalho, das diversas especificidades que envolvem esse ramo jurídico e da forma pela qual elas favorecem o incremento da prática do ativismo judicial.

O Capítulo VI tem por objeto a análise crítica de decisões oriundas do Judiciário Trabalhista que demonstrem algum tipo de extrapolação dos limites esperados da atividade jurisdicional¹.

Finalmente, as conclusões proporcionam o fechamento do trabalho.

¹Importante consignar que as decisões analisadas refletem a realidade verificada à época da elaboração e da entrega do presente estudo, que diz com o mês de janeiro de 2018. As constantes alterações de posicionamento observadas no âmbito da jurisdição trabalhista não permitem assegurar quais serão os futuros tratos conferidos às matérias apontadas.

CONCLUSÕES

A Segunda Guerra Mundial teve forte influência no atual destaque conferido ao Poder Judiciário.

Com efeito, o conjunto de instrumentos internacionais criados com vistas a evitar a repetição do cenário de descartabilidade do ser humano verificado à época propiciou a introdução de valores ligados ao ideário dos direitos humanos igualmente nos textos constitucionais das democracias ocidentais.

A partir de então, é facilmente perceptível um crescente movimento pela valorização das normas constitucionais, ainda que tal postura implique a desvalorização das disposições legais.

No cenário brasileiro, a Constituição Federal de 1988 se mostrou determinante para a ascensão do Poder Judiciário, por razões de mais de uma ordem.

Tudo tem início no próprio contexto em que foi promulgada a Carta.

De fato, o novo ambiente democrático proporcionou que a Assembleia Constituinte fosse integrada pelos mais diversos segmentos da sociedade, ansiosos que estavam por terem suas ideias enfim consideradas, após décadas de regime militar.

Visando a acomodar tantos interesses manifestamente heterogêneos, o texto constitucional abarcou uma significativa quantidade de normas abertas, de conteúdo ambíguo, indeterminado e, por vezes, até mesmo contraditório.

Com isso, ficou assegurada uma larga margem interpretativa ao julgador.

A euforia reinante pelo momento de redemocratização do Estado brasileiro, aliada à consolidação internacional dos ideais relacionados ao *Welfare State*, favoreceu, igualmente, a incorporação de um largo rol de direitos e garantias.

Apesar de não ter sido direcionada especial atenção à origem dos recursos necessários à sua satisfação, houve grande preocupação do constituinte quanto a assegurar o efetivo e o imediato cumprimento das promessas constitucionais.

Nesse contexto, merecem destaque a previsão de aplicação imediata dos direitos fundamentais, assim como o incremento dos controles de constitucionalidade, os quais proporcionam o natural alargamento dos poderes concedidos ao Supremo Tribunal Federal, além de concederem à Corte a

responsabilidade por fornecer a última palavra em relação às questões mais relevantes do país.

Assim é que, a partir de 1988, a aparente inércia dos poderes políticos em implementar os novos direitos constitucionais passaram a servir de embasamento para a exigência de assunção de uma nova postura por parte do Poder Judiciário.

No Estado Democrático de Direito a Constituição é tida como instrumento de transformação social, ainda que isso implique a alteração dos contornos próprios à atividade jurisdicional.

Na promulgação da Carta já era perceptível algum descrédito da sociedade em relação aos Poderes Legislativo e Executivo, mas, sem dúvida alguma, o descontentamento foi bastante intensificado daquele momento até os dias atuais.

Essa desconformidade sugere certa flexibilização do princípio da separação de poderes, de modo a propiciar um maior grau de interferência por parte do Judiciário na solução dos conflitos nacionais.

E aqui reside um ponto bastante relevante. O histórico princípio da separação de poderes vem sendo questionado, porque, aparentemente, há um “consenso geral” de que o Poder Judiciário seria mais apto a promover a justiça social do que os poderes políticos. Para tanto, sem maiores resistências, passa-se a sustentar a superação da ideia de contenção recíproca dos poderes. E se o Judiciário não der conta dessa gigantesca função? Quem poderá contê-lo se a sociedade igualmente se decepcionar com seus integrantes?

Nenhum desses apontamentos parece merecer maior atenção.

Ao contrário. A crescente pressão social no que diz com a concretização do texto constitucional favorece uma cada vez maior transferência de expectativas ao Poder Judiciário, propiciando a conjuntura ideal para que o julgador fique tentado a avançar além dos limites tradicionais de atuação, passando a adentrar em questões afeitas à política.

Surge, com isso, o fenômeno conhecido como judicialização da política.

O exercício desse novo papel é facilmente perceptível na atividade relacionada ao controle jurisdicional de políticas públicas, o qual permite que o Poder Judiciário seja rotineiramente instado a se pronunciar sobre inúmeras matérias de alto grau de interesse social.

O alargamento do campo destinado à atividade jurisdicional é ainda significativamente favorecido pela contemporânea valorização dos princípios

constitucionais, os quais, por refletirem os grandes valores éticos da sociedade, foram alçados ao centro do sistema jurídico.

Com isso, acentua-se o fenômeno da constitucionalização do Direito, a partir do qual todos os ramos jurídicos passam a dever ser compreendidos à luz dos valores constitucionais.

A relevância a eles atribuída, associada ao seu reconhecido caráter geral e abstrato, a bem da verdade, autorizam a participação do julgador no processo de criação da norma de decisão de forma praticamente ilimitada, possibilitando, até mesmo, a sobreposição de suas preferências pessoais em detrimento daquelas eleitas pelos representantes do povo.

O princípio da dignidade humana se presta, como nenhum outro, para esse fim, já que a subjetividade inerente ao seu conteúdo torna um valor tão caro às sociedades modernas passível de ser invocado para embasar as mais diversas soluções jurídicas apresentadas pelo Poder Judiciário.

Ao mesmo tempo, seu valor intrínseco faz minguar as críticas quanto à sua utilização, independentemente do contexto em que procedida.

A posição de destaque conferida à introdução de elementos de cunho valorativo no decorrer do processo hermenêutico conduzido pelo julgador fez surgir um movimento denominado “neoconstitucionalismo”.

O fenômeno pretende oferecer uma via alternativa em relação ao positivismo jurídico, tendo por base a premissa de que este não se mostraria adequado à interpretação e à concretização dos modernos textos constitucionais.

De acordo com seus postulados, valores como justiça e ética devem integrar as condições de validade das normas jurídicas.

Essa propalada leitura moral do Direito fomenta uma maior participação do Poder Judiciário com vistas a assegurar a efetividade das normas constitucionais, visto que o julgador passa a deter a autoridade necessária para afastar a aplicação de uma norma que considere injusta.

Embora os ideais preconizados pelo neoconstitucionalismo possam se mostrar sedutores em um primeiro momento, não há como serem ignorados os riscos provenientes do alargamento da função originariamente exercida pelo Poder Judiciário, notadamente em relação à segurança jurídica, uma vez que os desacordos morais verificados em uma sociedade plural e complexa como a

brasileira inviabilizam que seja assegurada a observância à necessária previsibilidade do ordenamento jurídico.

Com isso, o real sentido da norma utilizada pelo julgador só se faz efetivamente conhecido ao seu destinatário, no momento em que prolatada a decisão judicial.

Tendo em conta que os valores constitucionais se mostram aptos a embasar os mais variados resultados, o risco democrático torna-se manifesto.

Por certo, o que um julgador do sul do país entende melhor para a defesa dos interesses da sociedade brasileira pode não coincidir sequer com o que pensa um julgador do norte do Brasil. O que se dirá em relação à opinião de toda a imensa população nacional.

Justamente para possibilitar o respeito à vontade de todos os integrantes da nação, foi construído o desenho institucional brasileiro.

Se a sociedade não se julga bem representada pelos poderes políticos, que eleja novos representantes. Se as leis não espelham o desejo geral da nação, que se trabalhe ativamente para sua alteração.

Por certo, qualquer norma jurídica ou decisão judicial pode ser interpretada como justa ou injusta. A legislação, boa ou má, justa ou injusta, exerce a importante missão de guiar a sociedade.

Mesmo que nossa legislação, como qualquer outra, possa ser merecedora de críticas, ela se mostra melhor do que um país sem leis.

Aliás, a possibilidade de crítica deve ser saudada, pois o idealismo moralista não a permite, tornando o poder detido pelo Judiciário como “absoluto”.

Ainda que pudesse ser desconsiderada a aludida ameaça democrática, subsistiria o fato de que o Poder Judiciário não detém o conhecimento necessário acerca da viabilidade fática e técnica referente à implementação das medidas por ele determinadas, das prioridades eleitas por cada Administração, das maiores carências verificadas em cada comunidade, da vontade política majoritária em relação a cada um dos temas por ele analisados, tampouco dos acordos políticos costurados com vistas a cada aprovação parlamentar.

Na arena judicial, o processo parece notavelmente mais simples e eficaz. Uma singela ordem de “cumpra-se” parece resolver todos os problemas da nação. Mas pode ser apenas uma miragem.

Infelizmente, ao menos no atual momento do país, não parece haver condições de ser assegurado, de forma integral, todo o rol de direitos e garantias projetado pelo constituinte.

Contudo as decisões casuísticas prolatadas pelo Poder Judiciário dão a impressão de que sim.

Dessarte, quando um julgador entende pelo deferimento de determinado medicamento a um cidadão, a sociedade interpreta esse ato como a prova de que o problema da saúde pública depende unicamente de vontade política.

Desconsidera, todavia, não apenas os reflexos do custo dessa condenação no sistema como um todo, como, igualmente, o fato de que o Judiciário é provocado para esses fins por apenas uma parcela ínfima da população. Se toda a sociedade brasileira passasse a exigir a concretização do direito à saúde, à educação, à moradia e tantos outros assegurados pela Carta de 1988, possivelmente a postura adotada fosse diversa.

Lamentavelmente, o papel e as boas intenções dos julgadores não têm o poder transformador do toque de Midas.

Ademais, uma justiça demasiadamente afeiçoada às particularidades de cada caso concreto pode levar igualmente a um cenário de violação ao princípio da igualdade, já que cada membro da sociedade passa a titular um direito distinto do outro, ao sabor das preferências pessoais de cada julgador.

Isso porque a concessão judicial de um determinado direito atinge, necessária e diretamente, o direito de outrem. Só quem tem o completo retrato da nação, do Estado ou do Município, é a Administração Pública, eleita em função do programa político defendido. Como evidentemente o orçamento público é limitado, tais planos elegem as prioridades a serem executadas.

O desvirtuamento dessas prioridades pelo Poder Judiciário, a pretexto de garantir a efetividade da Constituição, atinge diretamente as escolhas procedidas pelo povo.

Não obstante todos esses apontamentos, é facilmente perceptível um crescente avanço do Poder Judiciário na esfera de atuação dos demais poderes.

Com efeito, os diferenciados elementos propiciados pela moderna teoria constitucional – no Brasil, especialmente auxiliados pelo conteúdo, pelo formato e pelo modelo adotados pela Constituição de 1988 - favorecem o surgimento do ativismo judicial.

Apesar da relevância intrínseca que circunda todos os aspectos relacionados ao fenômeno, pelo fato dele consistir na expansão dos poderes conferidos ao intérprete para além dos limites que a norma comporta, os contornos valorativos adotados pelos textos constitucionais contemporâneos dificultam enormemente sua identificação.

De fato, até os dias de hoje a hermenêutica jurídica ainda não logrou oferecer limites claros e objetivos quanto à tarefa de interpretação judicial, especialmente no que toca aos princípios constitucionais.

Isso porque a abertura ínsita a essa modalidade de norma torna, sobremaneira, difícil apurar se o embasamento apontado pelo intérprete está de fato atrelado ao seu teor ou se contou com a influência de fatores extrajurídicos.

Afora isso, o incremento da participação do intérprete na construção da norma de decisão preconizada pela hermenêutica moderna torna ainda mais tênue a linha que separa os diversos modelos de interpretação jurídica da prática do ativismo judicial propriamente dito.

Não obstante a questionável legitimidade democrática das práticas ativistas, essa modalidade de atuação judicial vem contando com grande respaldo por parte da sociedade brasileira.

O Poder Judiciário, alçado à condição de garantidor do texto constitucional de 1988 e, conseqüentemente, do almejado projeto de justiça social para o país, passa a ser verdadeiramente endeusado por uma sociedade sabidamente carente de líderes.

O ativismo judicial é diferenciadamente exercido no âmbito da jurisdição trabalhista, em especial, pela origem histórica do Direito do Trabalho.

Por certo, a reconhecida exploração da classe operária presente até o início do século XX traz reflexos até hoje.

A desejável imparcialidade do julgador convive, lado a lado, com inúmeras diretrizes protecionistas e ideológicas, tornando bastante obscuras as linhas demarcatórias entre o exercício da atividade jurisdicional e a promoção da melhoria da condição social da classe operária.

Notadamente o emblemático princípio da proteção, derivado da concepção de desigualdade entre as partes integrantes da relação de trabalho, implica diversos desdobramentos em relação à atividade jurisdicional.

Com base nele, o sistema se torna pretensamente protetivo ao trabalhador.

Diz-se pretensamente, porque o sucesso de uma das partes integrantes da relação de trabalho depende da outra. Não haverá postos de trabalho se as empresas não tiverem condições de mantê-los.

No entanto, em pleno século XXI ainda subsiste certo ranço ideológico que dificulta que as empresas e os trabalhadores sejam vistos como partes conjuntas de um mesmo projeto, com iguais propósitos e interesses.

Assim é que, sob a bandeira da necessária “proteção” à classe trabalhadora e da concretização de um processo de justiça social para o país, muitas vezes, a Justiça do Trabalho passa a exercer uma função verdadeiramente assistencialista, favorecendo a adoção e o incremento de práticas ativistas.

Pode-se dizer até mesmo que o julgador trabalhista é intrinsecamente mais propenso ao ativismo judicial, pois parte da ideia de que os pilares da relação de trabalho seriam injustos.

Nesse sentido, a necessidade de correção do Direito sustentada pelo moralismo jurídico demandaria a adoção de uma postura mais “ativa” por parte dos integrantes da Justiça do Trabalho.

Os instrumentos propiciados para tanto são os mais diversos, pois, além dos princípios constitucionais, o Direito do Trabalho conta com inúmeros princípios próprios, assim como com um diferenciado trato conferido à equidade.

Com isso, a legislação é, não raras vezes, deixada de lado, por não se mostrar a norma mais apta a assegurar a proteção ao trabalhador.

Notadamente o princípio da dignidade humana e os diversos instrumentos ligados ao ideário dos direitos humanos são rotineiramente utilizados pelo Poder Judiciário trabalhista para contornar a aplicação de dispositivos legais claros e completos, ligados aos mais variados temas.

Iniciativas nesse sentido verdadeiramente desprestigiam tais diferenciados valores, que sabidamente foram criados para a proteção da humanidade em contextos absolutamente diversos. Vale lembrar que surgiram como resposta às atrocidades verificadas no contexto na Segunda Guerra Mundial.

Todos perdem com isso. É tempo de uma nova ordem, que reconheça na dignidade da legislação a verdadeira dignidade da nação e de seus integrantes, entre eles, evidentemente, os próprios trabalhadores.

REFERÊNCIAS

AARNIO, Aulis. *Lo rational como razoable*. Tradução de Ernesto Gazón Valdés. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991.

ABRAMOVICH, Victor; COURTIS, Christian. *Los Derechos Sociales como derechos exigibles*. Madrid: Trotta, 2002.

AGRA, Walber de Moura. “Neoconstitucionalismo e superação do positivismo”. In DIMOULIS, Dimitri; DUARTE, Écio Otto (coords.). *Teoria do Direito Neoconstitucional: Superação ou reconstrução do positivismo jurídico?*. São Paulo: Método, 2008.

AGUIAR, Roger Silva. “O Positivismo e o Pós-Positivismo na Criação e Aplicação do Direito Civil Brasileiro”. In MELLO, Cleyson M. *Novos direitos: os paradigmas da pós-modernidade*. Niterói: Impetus, 2004.

ALDAY, Rafael Escudero. *Los calificados del positivismo jurídico: El debate sobre la incorporación de la moral*. Madrid: Thomson-Civitas, 2004.

ALEGRETTI, Laís. “É preciso flexibilizar direitos sociais para haver emprego, diz chefe do TST”. *Folha de S. Paulo*. Disponível em {<https://www.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1933111-e-preciso-flexibilizar-direitos-sociais-para-haver-emprego-diz-chefe-do-tst.shtml>}. Acesso em 15 de novembro de 2017.

ALEXANDER, Larry; KRESS, Kenneth. “Contra os princípios jurídicos”. In MARMOR, Andrei (org.). *Direito e Interpretação*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALEXANDER, Larry; SHERWIN, Emily. *Demystifying Legal Reasoning*. Cambridge: CUP, 2008.

ALEX, Robert. *El concepto y la validez del derecho*. Barcelona: Gedisa, 1994.

_____. “Sistema jurídico y razón práctica”. In *El Concepto y la Validez del Derecho*. Barcelona: Gedisa, 1994.

_____. *Teoría de la argumentación jurídica*. Tradução para o espanhol de Manoel Atienza e Isabel Espejo. 2ª ed. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2008.

_____. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. “A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: matriz do direito internacional dos direitos humanos”. In ALMEIDA, Guilherme Assis de e PERRONE-MOISÉS, Cláudia (coords.). *Direitos internacionais dos direitos humanos*. São Paulo: Atlas, 2002.

ALMEIDA, Luiz Antônio Freitas de. *Direitos fundamentais sociais e ponderação: ativismo irrefletido e controle jurídico racional*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2014.

ALMEIDA, Renato Rua de. “Subsiste no Brasil o direito potestativo do empregador nas despedidas em massa?”. *Revista LTr*, vol. 73, n. 4, abr. 2009.

ALONSO, Hamilton Jr. “A ampliação do objeto das Ações Civis Públicas na implementação dos direitos fundamentais”. In MILARÉ, Édís (coord.). *A Ação Civil Pública após 20 anos: efetividade e desafios*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

ALVARO DE OLIVEIRA, Carlos Alberto. “Sentença arbitrária”. *Revista da Ajuris*. Porto Alegre, v. 38, n. 123, set. 2011.

ALVES, José Augusto Lindgren. “O Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos e o Brasil”. *Arquivos do Ministério da Justiça*. Brasília, 46(182):85-114, jul./dez. 1993.

ALVES, José Carlos Moreira. “Poder Judiciário”. In MARTINS, Ives Gandra da Silva (org.). *A Constituição Brasileira de 1988: Interpretações*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

AMORIM, Daniela. “Desemprego fica em 12% no quarto trimestre e é o maior da série histórica”. *O Estado de S. Paulo*. 31 de janeiro de 2017.

APPIO, Eduardo. *Controle Judicial das Políticas Públicas no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2005.

ARAÚJO, Francisco Rossal de; COIMBRA, Rodrigo. *Direito do Trabalho – I*. São Paulo: LTr, 2014.

ARCELO, Adalberto Antonio Batista. “Condições de possibilidade do discurso do positivismo jurídico no paradigma do Estado Democrático de Direito”. In DIMOULIS, Dimitri; DUARTE, Écio Otto (coords.). *Teoria do Direito Neoconstitucional: Superação ou reconstrução do positivismo jurídico*. São Paulo: Método, 2008.

ARENHART, Sergio Cruz. “Processos estruturais no direito brasileiro: reflexões a partir do caso da ACP do carvão”. *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*. Brasília, v. 29, n. 1/2, janeiro/fevereiro 2017.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Livro III. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ARNAUD, André-Jean et al. [Dir.]. *Dicionário enciclopédico de teoria e de sociologia do direito*. Tradução de Patrice Charles e F. X. Willaume. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

ÁVILA, Humberto. "Neoconstitucionalismo: entre a ciência do Direito e o Direito da ciência". In SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo (coord.). *Vinte anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

_____. *Segurança Jurídica: entre permanência, mudança e realização no Direito Tributário*. 2ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2012.

_____. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

AZZARITI, Gaetano. "Interpretação e teoria dos valores: retorno à Constituição". *Revista Brasileira de Direito Constitucional*. São Paulo: Escola Superior de Direito Constitucional – ESDC, 6:157-68, jul./dez. 2005.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Discrecionalidade e Controle Jurisdicional*. São Paulo: Malheiros, 1992.

BARCELLOS, Ana Paula de. *A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais: O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

_____. "Alguns parâmetros normativos para a ponderação constitucional". In BARROSO, Luís Roberto (org.). *A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. "Direito e Política. Silêncio do Legislador, Interpretação e Analogia". In SARMENTO, Daniel (coord.). *Jurisdição Constitucional e Política*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. "Neoconstitucionalismo, direitos fundamentais e controles das políticas públicas". In SARMENTO, Daniel; GALDINO, Flávio (orgs.). *Direito fundamentais: Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

_____. *Ponderação, Racionalidade e Atividade Jurisdicional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BARROSO, Luís Roberto. "A Constituição Brasileira de 1988: uma introdução". In MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira; NASCIMENTO, Carlos Valder do. (coord.). *Tratado de Direito Constitucional*. Vol. I. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial*. Tradução de Humberto Laport de Mello. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

_____. "A razão sem voto: O Supremo Tribunal Federal e o Governo da Maioria". In SARMENTO, Daniel (coord.). *Jurisdição Constitucional e Política*. Rio de Janeiro: Forense, 2015(a).

_____. “Constituição, Democracia e Supremacia Judicial: direito e política no Brasil contemporâneo”. In FELLET, André Luiz Fernandes; PAULA, Daniel Giotti de; NOVELINO, Marcelo (orgs). *As Novas Faces do Ativismo Judicial*. Salvador: Editora Jus Podivm, 2011.

_____. *Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015(b).

_____. *Interpretação e Aplicação da Constituição*. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. “Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática”. *Revista de Direito do Estado*, vol. 13. 2009.

_____. “Jurisdição constitucional: a tênue fronteira entre o direito e a política”. *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, v. 2, 2012.

_____. “Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (O triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil)”. In SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel (coords.). *A Constitucionalização do Direito*. Fundamentos teóricos e aplicações específicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

_____. *O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.

_____. “Vinte Anos da Constituição Brasileira de 1988: o Estado a que Chegamos”. In SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo (coord.). *Vinte Anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

BARROSO, Luís Roberto; BARCELLOS, Ana Paula de. “A nova interpretação constitucional dos princípios”. In LEITE, Salomão (org.). *Dos princípios constitucionais*. Considerações em torno das normas principiológicas da Constituição. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. “O Começo da História. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro”. In BARROSO, Luís Roberto (org.). *A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BARZOTTO, Luis Fernando. “Positivismo, neoconstitucionalismo e ativismo judicial”. In DIMOULIS, Dimitri (org.). *A relevância prática da teoria do direito*. Belo Horizonte: Arraes, 2016.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Hermenêutica e interpretação constitucional*. 4ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2014.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Comentários à Constituição do Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 1989.

BASTOS, Guilherme Augusto Caputo. “Terceirização – Aspectos polêmicos”. In MARTINS FILHO, Ives Gandra; DELGADO, Maurício Godinho; PRADO, Ney; ARAÚJO, Carlos. *A Efetividade do Direito e do Processo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BEARD, Charles A. *A Suprema Corte e a Constituição*. Tradução de Paulo Moreira da Silva. Rio de Janeiro: Forense, 1965.

BEÇAK, Rubens. *A Hipertrofia do Executivo Brasileiro: o impacto da Constituição de 1988*. São Paulo: Própria, 2007.

_____. “A separação de poderes, o Tribunal Constitucional e a Judicialização da Política”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - FDUSP, v. 103, 2008.

BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril, 1974.

BERCOVICI, Gilberto. “Constituição Econômica e Dignidade da Pessoa Humana”. In ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira; MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro (coords.). *Lições de Direito Constitucional: em homenagem ao Professor Jorge Miranda*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BETTI, Emilio. *Teoria generale dela interpretazione*. Milão: Giuffrè, 1955.

BINENBOJM, Gustavo. *A nova jurisdição constitucional – Legitimidade democrática e Instrumentos de realização*. 4ª ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

BITTAR, Eduardo C. B. “A Ética dos Direitos Humanos”. In BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; BERCOVICI, Gilberto; MELO, Claudineu de. *Direitos Humanos, Democracia e República: Homenagem a Fábio Konder Comparato*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. “Hermenêutica e Constituição: a dignidade da pessoa humana como legado à pós-modernidade”. In ALMEIDA FILHO, Agassi; MELGARÉ, Plínio (org.). *Dignidade da Pessoa Humana. Fundamentos e Critérios Interpretativos*. São Paulo: Malheiros, 2010.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Regina Lyra. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.

_____. *Estado, Governo e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. Compilação de Nello Morra. Tradução e notas de Márcio Pugliese, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 2006.

_____. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. Tradução de Maria de Celeste C. J. Santos. 10ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

BODIN DE MORAES, Maria Celina. “O conceito de dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo” In SARLET, Ingo Wolfgang (org.). *Constituição, direitos fundamentais e direito privado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

BOITEUX, Elza Antonia Pereira Cunha. “A Constante Axiológica dos Direitos Humanos”. In BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; BERCOVICI, Gilberto; MELO, Claudineu de. *Direitos Humanos, Democracia e República: Homenagem a Fábio Konder Comparato*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. “Variações sobre o Conceito de Equidade”. In ADEODATO, João Maurício; BITTAR, Eduardo C.B. (orgs.). *Filosofia e Teoria Geral do Direito: estudos em homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Junior por seu septuagésimo aniversário*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. *Do Estado Liberal ao Estado Social*. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. “Jurisdição constitucional e legitimidade (algumas observações sobre o Brasil)”. *Revista Estudos Avançados*, 18 (51), 2004. Disponível em {www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a07v1851.pdf}. Acesso em 24 de maio de 2016.

_____. “Os direitos fundamentais e a globalização”. In LEITE, Salomão (org.). *Dos princípios constitucionais*. Considerações em torno das normas principiológicas da Constituição. São Paulo: Malheiros, 2003.

BORGES, Alexandre Walmott. *Preâmbulo da Constituição & a ordem econômica*. Curitiba: Juruá, 2009.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. “Em Busca de um Conceito Fugidio – O Ativismo Judicial”. In FELLET, André Luiz Fernandes; PAULA, Daniel Giotti de; NOVELINO, Marcelo (orgs.). *As Novas Faces do Ativismo Judicial*. Salvador: Editora Jus Podivm, 2011.

BRANDÃO, Rodrigo. *Supremacia Judicial Versus Diálogos Constitucionais: A quem cabe a última palavra sobre o sentido da Constituição?*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BRASIL. *Confederação Nacional do Trnsnsporte*. Disponível em {<https://www.cms.cnt.org.br/Imagens%20CNT/PDFs%20CNT/Not%C3%ADcias/m anualcnj.pdf>}. Acesso em 16 de novembro de 2017.

_____. “A sensatez do presidente do TST”. *Estado de S. Paulo*. 29 de outubro de 2017. Disponível em {<http://www.opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-sensatez-do-presidente-do-tst,70002064>}. Acesso em 10 de novembro de 2017.

_____. *Revista Fórum*. 14 de abril de 2015. Disponível em {<https://revistaforum.com.br/2015/04/14/juizes-chamam-pl-de-inconstitucional-e->

pedem-dignidade-do-trabalhador/#respond_63341}. Acesso em 14 de novembro de 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 323*.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3510*.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Agravo em Recurso Extraordinário nº 791.932*.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo nº 745.745*.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Embargos de Declaração em Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo nº 713.211*.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Extradição nº 633-9*.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus nº 124.306*.

_____. Supremo Tribunal Federal. *Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347*.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. *Agravo de Instrumento em Recurso de Revista nº 20975-31.2015.5.04.0406*.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. *Embargos em Embargos de Declaração no Recurso de Revista nº 29840-97.2001.5.03.0006*.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. *Embargos de Declaração em Recurso Ordinário de Dissídio Coletivo nº 30900-12.2009.5.15.0000*.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. *Embargos em Recurso de Revista nº 1299000-69.2208.5.09.0016*.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. *Embargos em Recurso de Revista nº 051600-44.2005.5.09.0093*.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. *Recurso de Revista nº 2544-35.2013.5.03.0021*.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. *Recurso de Revista nº 2938-13.2010.5.12.0016*.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. *Recurso de Revista nº 4200-55.2009.5.20.0001*.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. *Recurso de Revista nº 830/2007-009-006-00.6*.

BRASIL JUNIOR, Samuel Meira; CASTELLO, Juliana Justo Botelho. “O Cumprimento Coercitivo das Decisões Judiciais no tocante às Políticas Públicas”. In GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (coord.). *O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 2013.

BRICKEL, Alexandre M. *The Least Dangerous Branch*. 2ª ed. New Heaven: Yale University Press, 1986.

BRITTO, Carlos Augusto Ayres. “Constitucionalismo fraterno e o direito do trabalho”. *Fórum Internacional sobre Direitos Humanos e Direitos Sociais*. Organização e realização pelo TST. São Paulo: LTr, 2004.

CALSAMIGILIA BLANCAFORT, Albert. “Postpositivismo”. *DOXA – Caudernos de Filosofía del Derecho*. Alicante: Universidade de Alicante, n. 21, vol. 1, 1998.

CAMPBELL, Tom. El sentido del positivismo jurídico. *DOXA – Caudernos de Filosofía del Derecho*. Alicante, Universidade de Alicante, n. 22, 2002.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. “Magistratura, sistema jurídico e sistema político”. *Direito e justiça: função social do Judiciário*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. “Os desafios do Judiciário: um enquadramento teórico”. In FARIA, José Eduardo (org.). *Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça*. São Paulo: Malheiros, 1994.

_____. *Política, Sistema Jurídico e Decisão Judicial*. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. “Supremo Tribunal Federal, Política e Democracia”. In SARMENTO, Daniel (coord.). *Jurisdição Constitucional e Política*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. “A interação entre o direito internacional e o direito interno na proteção dos direitos humanos”. *Arquivos do Ministério da Justiça*. Brasília, Ministério da Justiça, v. 46, n. 182, jul./dez. 1993.

_____. *A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil (1948-1997): as primeiras cinco décadas*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

_____. “O Legado da Declaração Universal dos Direitos Humanos e sua Trajetória ao Longo das Últimas Décadas (1948-2008)”. In GIOVANNETTI, Andrea (org.). *60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: conquistas do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

_____. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Vol. I. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997.

_____. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. Vol. II. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. “A “principalização” da jurisprudência através da Constituição”. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 25, n. 98, abr./jun. 2000.

_____. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2004(a).

_____. *Estudos sobre Direitos Fundamentais*. Coimbra: Coimbra Editora, 2004(b).

CAPPELLETTI, Mauro. *Juízes legisladores?*. Tradução de Carlos Alberto Álvaro de Oliveira. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1993.

_____. *O Controle Judicial de Constitucionalidade das Leis no Direito Comparado*. Tradução de Aroldo Plínio Gonçalves. Porto Alegre: Fabris Editor, 1984.

CARBONELL, Miguel. “Neoconstitucionalismo: elementos para uma definición”. In MOREIRA, Eduardo Ribeiro; PUGLIESI, Marcio (coords.). *20 anos da Constituição brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARVALHO NETTO, Menelick de. “A hermenêutica constitucional sob o paradigma do Estado Democrático de Direito”. In OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni (org.). *Jurisdição e hermenêutica constitucional no Estado Democrático de Direito*. Belo Horizonte: Mandamentos Editora, 2004.

CARVALHO RAMOS, André de. *Direitos Humanos na Integração Econômica – Análise comparativa da proteção de direitos humanos e conflitos jurisdicionais na União Europeia e Mercosul*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. “O impacto da convenção americana de direitos humanos na relação do direito internacional e o direito interno”. *Boletim Científico. Escola Superior do Ministério Público da União*. Brasília: ESMPU, v. 1, n. 4, 2002.

_____. “Pluralidade das ordens jurídicas: uma nova perspectiva na relação entre o direito internacional e o direito constitucional”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 106/107, jan./dez. 2011/2012.

_____. *Processo Internacional de Direitos Humanos*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. *Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CASTANHEIRA NEVES, António. *Metodologia Jurídica: problemas fundamentais*. Coimbra: Coimbra Editora, 1993.

CATHARINO, José Martins. *Compêndio Universitário de Direito do Trabalho*. 1ª ed. São Paulo: Editoria Jurídica e Universitária, 1972.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Direito, filosofia e política*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CIOTOLA, Marcello. "Princípios Gerais de Direito e Princípios Constitucionais". In PEIXINHO, Manoel Messias; GUERRA, Isabella Franco; NASCIMENTO FILHO, Firly. *Os Princípios da Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

CITTADINO, Gisele. "Judicialização da política, constitucionalismo democrático e separação de poderes". In VIANNA, Luiz Werneck (org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. "Princípios Constitucionais, Direitos Fundamentais e História". In PEIXINHO, Manoel Messias; GUERRA, Isabella Franco; NASCIMENTO FILHO, Firly. *Os Princípios da Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

CLÉVE, Clémerson Merlin. "O desafio da efetividade dos direitos fundamentais sociais". *Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional*. Curitiba, 2003.

_____. *Os direitos e os direitos: elementos para uma crítica do direito contemporâneo*. São Paulo: Max Limonad, 2001.

COELHO, Inocêncio Mártires. "Ativismo Judicial ou Criação Judicial do Direito?". In FELLET, André Luiz Fernandes; PAULA, Daniel Giotti de; NOVELINO, Marcelo (orgs). *As Novas Faces do Ativismo Judicial*. Salvador: Editora Jus Podivm, 2011.

_____. "Poder Judiciário: Autonomia e Justiça". *Revista de Informação Legislativa*, nº 117, Brasília, jan.-mar. 1993.

_____. *Da hermenêutica filosófica à hermenêutica jurídica: fragmentos*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva. 2015.

_____. "Elementos de teoria da Constituição e de interpretação constitucional". In MENDES *et al.* *Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais*. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

_____. *Interpretação constitucional*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

COLEMAN, Jules. "Authority and Reason". In GEORGE, Robert P. (ed.). *The autonomy of Law. Essays of Legal Positivism*. Oxford: Claredon Press, 1996.

_____. "Incorporationism, conventionality and the practical difference thesis". In COLEMAN, Jules (ed.). *Hart's postscript. Essays on the postscript to the concept of law*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

_____. "Negative and Positive Positivism". In COHEN, Marshall. (ed.). *Ronald Dworkin and Contemporary Jurisprudence*. Londres: Duckworth, 1984.

_____. *The practice of principle: in defense of a pragmatic approach to legal theory*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

COLEMAN, Jules; LEITER, Brian. "Determinação, objetividade e autoridade". In *Direito e Interpretação: ensaios de filosofia do direito*. Editado por Andrei Marmor. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COMANDUCCI, Paolo. "Uma defesa do positivismo metodológico". In DIMOULIS, Dimitri; DUARTE, Écio Otto (coords.). *Teoria do Direito Neoconstitucional: Superação ou reconstrução do positivismo jurídico?*. São Paulo: Método, 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. "Visões Distintas do Fenômeno Jurídico". In ADEODATO, João Maurício; BITTAR, Eduardo C.B. (orgs.). *Filosofia e Teoria Geral do Direito: estudos em homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Junior por seu septuagésimo aniversário*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

CORDEIRO, Karine da Silva. *Direitos fundamentais sociais: dignidade da pessoa humana e mínimo existencial, o papel do poder judiciário*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

CORTÊS, Osmar Mendes Paixão. *Súmula vinculante e segurança jurídica*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

COSTA, Susana Henriques da. "O Poder Judiciário no Controle de Políticas Públicas: Uma Breve Análise de alguns Precedentes do Supremo Tribunal Federal". In GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (coord.). *O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

COUTINHO, Aldacy Rachid. "A dimensão do princípio da dignidade e a relação de trabalho". In SARLET, Ingo Wolfgang; MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; FRAZÃO, Ana de Oliveira (coords.). *Diálogos entre o Direito do Trabalho e o Direito Constitucional: Estudos em homenagem a Rosa Maria Weber*. São Paulo: Saraiva, 2014.

COUTINHO, Grijalbo F. (et. al.) (coord.). *O mundo do Trabalho: leituras críticas da jurisprudência do TST em defesa do Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2011.

COUTURE. COUTURE, Eduardo J. *Estudios de Derecho Procesal Civil*. Tomo I. 3ª ed. Buenos Aires: Depalma, 1998.

CROSS, Frank B.; LINDQUIST, Stefanie A. "The scientific study of judicial activism". *Minnesota Law Review*, Minnesota, vol. 91, n. 6, 2007.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; SOUZA, Débora Cardoso de. "Os Riscos para a Democracia de uma Compreensão Indevida das Inovações no Controle de Constitucionalidade". In SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo (coord.). *Vinte Anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CRUZ, Luis M. *La Constitución como orden de valores*. Problemas jurídicos y políticos. Um estudio sobre los origines del neoconstitucionalismo. Granada: Editorial Comares, 2005.

CUEVA, Ricardo Villas Bôas. “Regras, Princípios e Ponderação na Pragmática do Direito de Tercio Sampaio Ferraz Jr.”. In ADEODATO, João Maurício; BITTAR, Eduardo C.B. (orgs.). *Filosofia e Teoria Geral do Direito*: estudos em homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Junior por seu septuagésimo aniversário. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

CUNHA, Carlos Roberto. *Flexibilização de direitos trabalhistas à luz da Constituição Federal*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2004.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. *Controle judicial das omissões do poder público*: em busca de uma dogmática constitucional transformadora à luz do direito fundamental à efetivação da constituição. São Paulo: Saraiva, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

_____. *O poder dos juízes*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DAMELE, Giovanni. “A interpretação originalista: pros e contras”. In DIMOULIS, Dimitri (org.). *A relevância prática da teoria do direito*. Belo Horizonte: Arraes, 2016.

DE GIORGI, Raffaele; FARIA, José Eduardo; CAMPILONGO, Celso. “Estado de Coisas Inconstitucional”. *O Estado de S. Paulo*. 19 de setembro de 2015.

DEL VECCHIO, Giorgio. *Lições de Filosofia do Direito*. Tradução de António José Brandão. 2ª ed. Coimbra: Arménio Amado Editor, 1951.

DELGADO, Gabriela Neves. *Direito fundamental ao trabalho digno*. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2015.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. 16ª ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2017(a).

_____. *Princípios do Direito Individual do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2009.

_____. *Princípios Constitucionais do Trabalho e Princípios de Direito Individual e Coletivo do Trabalho*. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2017(b).

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. *A Reforma Trabalhista no Brasil*: com os comentários à Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2017(a).

_____. *Constituição da República e direitos fundamentais*: dignidade da pessoa humana, justiça social e direito do trabalho. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2017(b).

_____. “O princípio da dignidade da pessoa humana e o direito do trabalho”. In SARLET, Ingo Wolfgang; MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; FRAZÃO, Ana de Oliveira (coords.). *Diálogos entre o Direito do Trabalho e o Direito Constitucional: Estudos em homenagem a Rosa Maria Weber*. São Paulo: Saraiva, 2014.

DEODORO, Maria Cecília Máximo. *O juiz ativo e os direitos trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2011.

DERRIDA, Jacques. *Fuerza de ley*. El “fundamento místico de la autoridad”. Tradução de Adolfo Barberá e Patricio Peñalver Gómez. Madrid: Tecnos, 1994.

DIMOULIS, Dimitri. “Além do ativismo e do minimalismo judicial no campo dos direitos fundamentais. Justificação jurídica de decisões e competências”. In FRANCISCO, José Carlos. (coord. e coautor). *Neoconstitucionalismo e atividade jurisdicional: do passivismo ao ativismo judicial*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

_____. “Positivismo jurídico e senso comum”. In DIMOULIS, Dimitri (org.). *A relevância prática da teoria do direito*, Belo Horizonte: Arraes, 2016.

_____. *Positivismo Jurídico: Introdução a uma teoria do direito e defesa do pragmatismo jurídico-político*. Coleção Professor Gilmar Mendes. São Paulo: Método, 2006.

_____. “Positivismo, moralismo e pragmatismo na interpretação do direito constitucional”. *Revista dos Tribunais*, v. 769/1999, nov. 1999.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya Gasparetto. “O positivismo jurídico diante da principiologia”. In DIMOULIS, Dimitri; DUARTE, Écio Otto (coords.). *Teoria do Direito Neoconstitucional: Superação ou reconstrução do positivismo jurídico?*. São Paulo: Método, 2008.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

DÓRIA, A. de Sampaio. *Princípios constitucionais*. São Paulo: São Paulo Ed., 1926.

DRAY, Guilherme Machado. *O Princípio da Proteção do Trabalhador*. São Paulo: LTr, 2015.

DUARTE, Leonardo de Farias. *Obstáculos econômicos à efetivação dos direitos fundamentais sociais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *O Direito da Liberdade: a leitura moral da constituição norte-americana*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *O império do direito*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Uma questão de princípio*. Tradução de Luís Carlos Borges. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ELY, John Hart. *A theory of judicial review*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

ENGISCH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. Tradução de J. Baptista Machado. 11ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

ESPÍNDOLA, Ruy Samuel. *Conceito de princípios constitucionais*. 2ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FARIA, José Eduardo. *Os novos desafios da justiça do trabalho*. São Paulo: LTr, 1995.

FERNANDEZ, Atahualpa. *Argumentação jurídica e hermenêutica. Da natureza humana ao discurso jurídico*. 2ª ed. São Paulo: Impactus, 2007.

FERRARI, Irany; NASCIMENTO, Amauri Mascaro; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do Trabalho, do Direito do Trabalho e da justiça do Trabalho – Homenagem a Armando Casimiro Mota*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2011.

FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. *Processos Informais de Mudança da Constituição: mutações constitucionais e mutações inconstitucionais*. São Paulo: Max Limonad, 1986.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Constituição de 1988 – Legitimidade, Vigência e Eficácia e Supremacia*. São Paulo: Atlas, 1989.

_____. *Estudos de filosofia do direito: reflexões sobre o poder, a liberdade a justiça e o direito*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. *Função social da dogmática jurídica*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. *Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação*. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

_____. "O Judiciário frente à divisão de Poderes: um princípio em decadência?". *Revista da USP*, São Paulo, n. 21, 1994.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio; DINIZ, Maria Helena; GEORGAKILAS, Ritinha Alzira Steverson. *Constituição de 1988: legitimidade, vigência e eficácia, supremacia*. São Paulo: Atlas, 1989.

FERREIRA, Flávio. "Visibilidade do Supremo mais que duplica no ano passado". *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 13 de janeiro de 2013.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. “A Aplicação Imediata das Normas Definidoras de Direitos e Garantias Fundamentais”. *Revista da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo*, n. 29, jul-nov. 1988(a).

_____. “A Constituição de 1988 e a judicialização da política”. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*. Porto Alegre, vol. XII, 1996(a).

_____. “Alguns questionamentos em face da doutrina dos Direitos Fundamentais”. In TEIXEIRA, Maria Elisabeth Guimarães; MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro (orgs.). *Lições de direito constitucional em homenagem ao Professor Jorge Miranda*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. “Aplicação imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais”. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, n. 29, jun. 1988(b).

_____. *Aspectos do direito constitucional contemporâneo*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011(a).

_____. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*. 2ª ed. vol. I. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. *Direitos humanos fundamentais*. São Paulo: Saraiva, 2011(b).

_____. *Estado de Direito e Constituição*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. “O papel político do judiciário e suas implicações”. In FRANCISCO, José Carlos. (coord. e coautor). *Neoconstitucionalismo e atividade jurisdicional: do passivismo ao ativismo judicial*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

_____. “Os Direitos Fundamentais: problemas jurídicos, particularmente em face da Constituição Brasileira de 1988”. *Revista de Direito Administrativo*, n. 203, jan./mar. 1996(b).

_____. *Princípios Fundamentais do Direito Constitucional*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

FLORÉZ-VALDÉS, Joaquín Arce y. *Los principios generales del Derecho y su formulación constitucional*. Madrid: Editorial Civitas, 1990.

FRANCISCO, José Carlos. “(Neo) Constitucionalismo na Pós-Modernidade: Princípios Fundamentais e Justiça no Caso Concreto”. In FRANCISCO, José Carlos. (coord. e coautor). *Neoconstitucionalismo e atividade jurisdicional: do passivismo ao ativismo judicial*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

_____. “Positivismo jurídico inclusivo (ou moderado) e juiz ordinário”. In DIMOULIS, Dimitri (org.). *A relevância prática da teoria do direito*. Belo Horizonte: Arraes, 2016.

FUX, Luiz; FRAZÃO, Carlos Eduardo. "O Supremo Tribunal Federal na Fronteira entre o Direito e a Política: Alguns Parâmetros de Atuação". In SARMENTO, Daniel (coord.). *Jurisdição Constitucional e Política*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

GALDINO, Flávio. "A evolução das idéias de acesso à Justiça". In SARMENTO, Daniel; GALDINO, Flávio (orgs.). *Direito fundamentais: Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

_____. *Introdução à Teoria dos Custos dos Direitos: Direitos Não Nascem em Árvores*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005.

GALVÃO, Jorge Octávio Lavocat. "Concentração de Poder da Jurisdição Constitucional: Uma análise crítica de seus pressupostos filosóficos". In ALMEIDA, Fernando Dias Mendes de; AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do; LEAL, Roger Stiefelmann; HORBACH, Carlos Batisde (coord.). *Direito Constitucional, Estado de Direito e Democracia: Homenagem ao Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

_____. "Entre Kelsen e Hércules: Uma Análise Jurídico-Filosófica do Ativismo Judicial no Brasil". In AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do (coord.). *Estado de Direito e Ativismo Judicial*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

_____. *O Neoconstitucionalismo e o Fim do Estado de Direito*. São Paulo: Saraiva, 2014.

GARCIA, Emerson. *A efetividade dos direitos sociais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

GARCÍA FIGUEROA, Alfonso. "Constitucionalismo y positivismo". *Revista Española de Derecho Constitucional*. Año 18, n. 54, Septiembre-Diciembre 1998.

_____. *Criaturas de la moralidad: una aproximación neoconstitucionalista al Derecho a través de los derechos*. Madrid: Trotta, 2009.

_____. "La teoría del derecho en tiempos del constitucionalismo". In CARBONELL, Miguel. *Neoconstitucionalismo(s)*. Madrid: Trotta, 2003.

_____. *Princípios y positivismo jurídico. El no positivismo principialista en las teorías de Ronald Dworkin e Robert Alexy*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1998.

_____. "Ser o no ser normativo: un dilema para el positivismo jurídico". In DIMOULIS, Dimitri; DUARTE, Écio Otto (coords.). *Teoria do Direito Neoconstitucional: Superação ou reconstrução do positivismo jurídico?*. São Paulo: Método, 2008.

GARZÓN VALDÉS, Ernesto. *Derecho y filosofía*. Barcelona: Alfa, 1985.

GIGLIO, Wagner D. “A Eqüidade e o Direito do Trabalho Brasileiro”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. São Paulo, vol. 72, n. 2, jan. 1977.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. *Curso de direito do trabalho*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

GRAU, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988 (Interpretação e Crítica)*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

_____. *Direito Posto e Direito Preposto*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. *Ensaio e Discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito*. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. “O [Princípio] da Legalidade e as Duas Legalidades: Pavana para Dois Acórdãos do STF”. In ADEODATO, João Maurício; BITTAR, Eduardo C.B. (orgs.). *Filosofia e Teoria Geral do Direito: estudos em homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Junior por seu septuagésimo aniversário*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

_____. *Por que tenho medo dos juízes (a interpretação/aplicação do direito e os princípios)*. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

GRIMM, Dieter. “Constitution Adjudication and democracy”. *Israel Law Review*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. 33, 1999.

GRINOVER, Ada Pellegrini. “O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas”. In GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (coord.). *O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 2013.

GUASTINI, Riccardo. *Estudios de teoria constitucional*. 3ª ed. Méxicon: IIJ-UNAM/Fontamara, 2007.

GUERRA, Bernardo Pereira de Lucena Rodrigues. *Direito internacional dos direitos humanos: nova mentalidade emergente pós-1945*. Curitiba: Juruá, 2007.

GÜNTHER, Klaus. *Teoria da argumentação no direito e na moral*. Tradução de Claudio Molz. São Paulo: Landy Editora, 2004.

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica Constitucional: A sociedade aberta de intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição*. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneicher. Vol. I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALIS, Denis de Castro. “A supremacia judicial em debate: ativismo, fabricação de decisões e democracia”. *Revista Direito, Estado e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, n. 24, jan./jun. 2004.

HART, Herbert. *O conceito de direito*. Pós-escrito organizado por Penelope A. Bulloch e Joseph Raz. Tradução de Antônio de Oliveira Sette-Câmara. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

HECK, Philipp. *Interpretação da lei e jurisprudência dos interesses*. Tradução de José Osório. São Paulo: Saraiva, 1947.

HESSE, Konrad. *A Força Normativa da Constituição*. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991.

HOERSTER, Norbert. *En defensa del positivismo jurídico*. Barcelona: Gedisa, 2000.

HORBACH, Carlos Batisde. “A Nova Roupa do Direito Constitucional: neoconstitucionalismo, pós-positivismo e outros modismos”. In ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira; MEYER-PUFLUG, Samantha Ribeiro (coords.). *Lições de Direito Constitucional: em homenagem ao professor Jorge Miranda*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. “A nova roupa do Direito Constitucional pós-moderno, em particular sobre certo neoconstitucionalismo à brasileira”. *Revista De Direito Administrativo*, janeiro-abril de 2009.

IGARTUA SALAVERRÍA, Juan. *Discrecionalidad técnica, motivación y control de la actividad jurisdiccional*. Madrid: Civitas, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em {<https://www.agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/9439-pib-recua-3-6-em-2016-e-fecha-ano-em-r-6-3-trilhoes.html>}. Acesso em 16 de novembro de 2017.

JOBIM, Nelson. “A revolta do Centrão foi justa. E a saída foi a ambigüidade”. In CARVALHO, Luiz Maklouf. *1988: segredos da Constituinte*. Os vinte meses que agitaram e mudaram o Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2017.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Coleção Os Pensadores, v. XXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

KAUFMANN, Arthur. *Filosofia do Direito*. Tradução de António Ulisses Cortês. 5ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2014.

KELSEN, Hans. *Jurisdição Constitucional*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *O que é justiça?: a justiça, o direito e a política no espelho da ciência*. Tradução de Luís Carlos Borges. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. Tradução de Luís Carlos Borges. 5ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2016.

_____. *Teoria Pura do Direito*. Tradução de João Baptista Machado. 8ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

KELSEN, H.; BOBBIO, N. y otros. *Crítica del Derecho Natural*. Introdução e tradução de Elias Diaz. Madrid: Taurus Ediciones, 1966.

KMIEC, Keenan D. "The origin and current meanings of 'judicial activism'". *California Law Review*, vol. 92, 2004.

KRAMER, Mathew. *In defense of legal positivism*. New York: Oxford University Press, 1999.

KRELL, Andreas Joachim. "Controle judicial dos serviços públicos básicos na base dos direitos fundamentais sociais". In SARLET, Ingo Wolfgang (org.). *A Constituição concretizada: construindo pontes com o público e o privado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

_____. *Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha: os (des)caminhos de um direito constitucional "comparado"*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

LANES, Júlio Cesar Goulart. *Fato e Direito no Processo Civil Cooperativo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

LARENZ, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito*. 3ª ed. Tradução de José Lamego. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

LASSALE, Ferdinand. *A essência da constituição: o que é uma Constituição?* 3ª ed. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1995.

LEAL, Roger Stiefelmann. "A judicialização da política". *Revista dos Tribunais – Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política*, nº 29, São Paulo, out./dez. 1999.

_____. *O efeito vinculante na jurisdição constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. "O exercício da jurisdição constitucional pelo poder judiciário". In ALMEIDA, Fernando Dias Mendes de; AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do; LEAL, Roger Stiefelmann; HORBACH, Carlos Batisde (coord.). *Direito Constitucional, Estado de Direito e Democracia: Homenagem ao Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

LEAL, Rogério Costa. *Direitos humanos no Brasil: desafios à democracia*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

_____. *Perspectivas Hermenêuticas dos Direitos Humanos e Fundamentais no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

LEAL, Rogério Gesta. *Condições e possibilidades eficaciais dos direitos fundamentais sociais: os desafios do poder judiciário no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

LEDUR, José Felipe. *A realização do Direito do Trabalho*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Constituição e direitos sociais dos trabalhadores*. São Paulo: LTr 1997.

_____. “O Direito do Trabalho na Perspectiva dos Direitos Humanos”. *Revista da Academia Nacional do Direito do Trabalho*. Ano XIX, nº 19. São Paulo: LTr, 2011.

LEITE, Roberto Basilone. *O papel do juiz na democracia: ativismo judicial político X ativismo judicial jurisdicional: 500 anos de autoritarismo e o desafio da transição para a democracia no Brasil contemporâneo*. São Paulo: LTr, 2014.

LIEBMAN, Enrico Tullio. “Do arbítrio à razão: reflexões sobre a motivação da sentença”. *Revista de Processo*. São Paulo, v. 8, n. 29, jan./mar. 1983.

LIMA, Francisco Meton Marques de. *Os Princípios de Direito do Trabalho na Lei e na Jurisprudência*. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2015.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. Tradução de Julio Fischer. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LOEWENSTEIN, Karl. *Teoria de La Constitucion*. Tradução de Alfredo Gallego Anabitarte. Barcelona: Ediciones Ariel, 1965.

MAIA, Antonio Cavalcanti. “As transformações dos sistemas jurídicos contemporâneos: apontamentos acerca do neoconstitucionalismo”. In QUARESMA, Regina; OLIVEIRA, Maria Lúcia de Paula; OLIVEIRA, Farlei Martins Riccio de (orgs.). *Neoconstitucionalismo*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

_____. “Nos Vinte Anos da Carta Cidadã: do Pós-positivismo ao Neoconstitucionalismo”. In SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo (coord.). *Vinte Anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MAIA, Antônio Cavalcanti; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. “Os Princípios de Direito e as Perspectivas de Perelman, Dworkin e Alexy”. In PEIXINHO, Manoel Messias; GUERRA, Isabella Franco; NASCIMENTO FILHO, Firly. *Os Princípios da Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

MAGANO, Octávio Bueno. "Alcance e limites da terceirização no direito do Trabalho". In PINTO, José Augusto Rodrigues (coord.). *Noções atuais de Direito do Trabalho: estudos em homenagem a Elson Gottschalk*. São Paulo: LTr, 1995.

_____. *Manual de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1980.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. "Direito Social, Direito do Trabalho e Direitos Humanos". In SILVA, Alessandro da; SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; FELIPPE, Kenarik Boujikian; SEMER, Marcelo (coord.). *Direitos Humanos: essência do Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2007.

MAIOR, Jorge Luiz Souto; SEVERO, Valdete Souto. "O acesso à justiça sob a mira da reforma trabalhista: ou como garantir o acesso à justiça diante da reforma trabalhista". *Blog de Jorge Luiz Souto Maior*. Disponível em {<http://www.jorgesoutomaior.com/blog/o-acesso-a-justica-sob-a-mira-da-reforma-trabalhista>}. Acesso em 14 de novembro de 2017.

MANNRICH, Nelson. "Dispensa coletiva e negociação coletiva prévia: novas diretrizes". *Revista da Academia Nacional do Direito do Trabalho*. Ano XIX, nº 19. São Paulo: LTr, 2011.

_____. "Reconstrução do Direito do Trabalho". In MARTINS FILHO, Ives Gandra; MANNRICH, Nelson; PRADO, Ney (coords.). *Os Pilares do Direito do Trabalho*. São Paulo: Lex Editora, 2013.

_____. Regulamentar terceirização fortalece relações de trabalho. *Revista Consultor Jurídico*. Disponível em {www.conjur.com.br/2013-out-20/nelson-mannrich-regulamentar-terceirizacao-fortalece-relacoes-trabalho}. Acesso em 21 de setembro de 2014.

_____. Terceirização: luzes e sombras. In MARTINS, Sergio Pinto; MESSA, Ana Flávia (coords.). *Empresa e trabalho: estudo em homenagem a Amador Paes de Almeida*. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARANHÃO, Délio. et. al. *Instituições de Direito do Trabalho*. 15ª ed. São Paulo: LTr, 1995.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Código de Processo Civil Comentado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MARMOR, Andrei. "Três conceitos de objetividade". In MARMOR, Andrei (org.). *Direito e Interpretação*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARRAFON, Marco Aurélio. "Hermenêutica e Complexidade nos 20 anos da Constituição: Momento para um Equilíbrio Prudente na Atuação dos Tribunais". In SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo (coord.). *Vinte anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *A Legitimidade do Direito Positivo: direito natural, democracia e jurisprudência*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

_____. “Breve História de Justiça do Trabalho”. In FERRARI, Irany; NASCIMENTO, Amauri Mascaro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. *História do Trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho – Homenagem a Armando Casimiro Mota*. São Paulo: LTr, 2002.

_____. “Os Pilares do Direito do Trabalho: os princípios jurídicos e as teorias gerais (Uma reflexão sobre sua aplicação)”. In MARTINS FILHO, Ives Gandra; MANNRICH, Nelson; PRADO, Ney (coords.). *Os Pilares do Direito do Trabalho*. São Paulo: Lex Editora, 2013.

_____. “Terceirização legal e ilegal”. *Suplemento Trabalhista LTr*. São Paulo, n. 125, 1993.

MARTINS, Sergio Pinto. *A terceirização e o direito do trabalho*. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. *Direito do Trabalho*. 33ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017(a).

_____. *Direito processual do trabalho*. 39ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017(b).

_____. *Flexibilização das condições de trabalho*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. “A norma fundamental como instância de auto-esclarecimento da prática jurídica”. In DIMOULIS, Dimitri (org.). *A relevância prática da teoria do direito*. Belo Horizonte: Arraes, 2016.

MAUÉS, Antonio Moreira. “Constituição e Pluralismo Vinte Anos Depois”. In SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo (coord.). *Vinte Anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MAUS, Ingeborg. “Judiciário como Superego da Sociedade: o papel da atividade jurisprudencial na ‘sociedade orfã’”. Tradução de Martonio Lima e Paulo Albuquerque. *Novos Estudos – CEBRAP*. São Paulo, n. 58, nov. 2000.

_____. *O judiciário como superego da sociedade*. Tradução de Geraldo de Carvalho. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito constitucional internacional: uma introdução: (Constituição de 1988 revista em 1994)*. Rio de Janeiro: Renovar, 1994.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

_____. *O conteúdo jurídico do princípio da igualdade*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

MELLO, Marco Aurélio. “A força normativa do princípio da proteção no direito constitucional do trabalho”. In PAMPLONA FILHO, Rodolfo; PINTO, José Augusto Rodrigues (coords.). *Principiologia: ensino em homenagem ao centenário de Luiz de Pinho Pedreira da Silva: um jurista de princípios*. São Paulo: LTr, 2016.

MELLO, Patrícia Perrone Campos. “Interferências Extrajurídicas sobre o Processo Decisório do Supremo Tribunal Federal”. In FELLET, André Luiz Fernandes; PAULA, Daniel Giotti de; NOVELINO, Marcelo (orgs.). *As Novas Faces do Ativismo Judicial*. Salvador: Editora Jus Podivm, 2011.

MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de. “Centralidade da pessoa humana na Constituição versus centralidade do cidadão trabalhador: o desafio de reler o trabalho a partir da Constituição Federal de 1988”. In SARLET, Ingo Wolfgang; MELLO FILHO, Luiz Philippe Vieira de; FRAZÃO, Ana de Oliveira (coords.). *Diálogos entre o Direito do Trabalho e o Direito Constitucional: Estudos em homenagem a Rosa Maria Weber*. São Paulo: Saraiva, 2014.

MELO, Claudineu de. “O Valor Supremo da Dignidade Humana”. In BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; BERCOVICI, Gilberto; MELO, Claudineu de. *Direitos Humanos, Democracia e República: Homenagem a Fábio Konder Comparato*, São Paulo: Quartier Latin, 2009.

MENDES, Conrado Hübner; SILVA, Virgílio Afonso da. “Habermas e a Jurisdição Constitucional”. In NOBRE, Marcos; TERRA, Ricardo (orgs.). *Direito e Democracia: um guia de leitura de Habermas*. São Paulo: Malheiros, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira. “Breve Inventário da Aplicação de Princípios pela Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal”. In MARTINS FILHO, Ives Gandra; MANNRICH, Nelson; PRADO, Ney (coords.). *Os Pilares do Direito do Trabalho*. São Paulo: Lex Editora, 2013.

_____. *Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade: estudos de direito constitucional*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1998.

_____. *Jurisdição Constitucional*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais*. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

_____. *Sobre o papel do supremo Tribunal Federal na Constituição de 1988: Estado e sociedade civil no processo de reformas no Brasil e na Alemanha*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

MENDONÇA, Eduardo; BARROSO, Luís Roberto. STF entre seus papéis contramajoritário e representativo. *Revista Consultor Jurídico*, jan. 2013. Disponível em: {<http://www.conjur.com.br/2013-jan-03/retrospectiva-2012-stf-entre-papeis-contramajoritario-representativo>}. Acesso em 09 de fevereiro de 2013.

MITIDIERO, Daniel. *Cortes Superiores e Cortes Supremas: do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente*. São Paulo: Ed. RT, 2013.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondant. *Do espírito das leis*. Tradução, introdução e notas de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2004.

MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Direito Constitucional*. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. *Jurisdição Constitucional e Tribunais Constitucionais*. Garantia Suprema da Constituição. São Paulo: Atlas, 2000.

MORAES FILHO, Evaristo de; MORAES, Antonio Carlos Flores de. *Introdução ao Direito do Trabalho*. 11ª ed. São Paulo: LTr, 2014.

MOREIRA, Eduardo Ribeiro. “Do positivismo ao neoconstitucionalismo”. In MOREIRA, Eduardo Ribeiro; PUGLIESI, Marcio (coords.). *20 anos da Constituição brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2009(a).

_____. *Neoconstitucionalismo: a invasão da Constituição*. São Paulo: Método, 2008(a).

_____. “Neoconstitucionalismo e teoria da interpretação”. In MOREIRA, Eduardo Ribeiro; PUGLIESI, Marcio (coords.). *20 anos da Constituição brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2009(b).

_____. “O momento do positivismo”. In DIMOULIS, Dimitri; DUARTE, Écio Otto (coords.). *Teoria do Direito Neoconstitucional: Superação ou reconstrução do positivismo jurídico?*. São Paulo: Método, 2008(b).

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. “Direitos humanos, legitimidade e constitucionalismo”. In SARMENTO, Daniel; GALDINO, Flávio (orgs.). *Direito fundamentais: Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

MORESO, José Juan. “Conflictos entre Principios Constitucionales”. In CARBONELL, Miguel (edición). *Neoconstitucionalismo(s)*. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

_____. “El positivismo jurídico, la aplicación del derecho y la interpretación de la Constitución”. In DIMOULIS, Dimitri; DUARTE, Écio Otto (coords.). *Teoria do*

Direito Neoconstitucional: Superação ou reconstrução do positivismo jurídico?. São Paulo: Método, 2008.

MORO, Sérgio Fernando. "Por uma revisão da Teoria da Aplicabilidade das Normas Constitucionais". *Revista CEJ (Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal)*, nº 10, Brasília, jan.-abr. 2000.

MOTTA, Otávio Verdi. *Justificação da decisão judicial: a elaboração da motivação e a formação de precedente*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MÜLLER, Friedrich. *Métodos de trabalho do direito constitucional*. Tradução de Peter Naumann. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Direito Contemporâneo do Trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. *Direito do trabalho na Constituição de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1989.

_____. "Tendências da flexibilização das normas reguladoras das relações de trabalho no Brasil". *Revista LTr*, n. 59/95, São Paulo, 1995.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. *Curso de Direito do Trabalho*. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014(a).

_____. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014(b).

NETTO, Antonio Delfim. "Judicialização como resultado". *O Estado de S. Paulo*. 30 de março de 2017.

NÓBREGA, Guilherme Pupe da. *Jurisdição constitucional: limites ao subjetivismo judicial*. São Paulo: Saraiva, 2014.

NOVELINO, Marcelo. "O STF e a opinião pública". In SARMENTO, Daniel (coord.). *Jurisdição Constitucional e Política*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. *O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. *Indenizações por Acidente do Trabalho ou Doença Ocupacional*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2011.

OPINIÃO PÚBLICA. *Datafolha*. 20.11.2013. São Paulo, 20 de novembro de 2013. Disponível em: {<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/12/1379494-dilma-aumenta-vantagem-sobre-potenciais-adversarios-em-2014.shtml>}. Acesso em 02 de dezembro de 2013.

ORTEGA, Manuel Segura. *Sentido y límites de la discrecionalidad judicial*. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 2006.

OTTO, Écio Duarte. “Positivismo jurídico inclusivo e objetividade no direito. Uma abordagem sobre a exigência de correção na interpretação constitucional”. In DIMOULIS, Dimitri; OTTO, Écio Duarte (coords.). *Teoria do Direito Neoconstitucional: Superação ou reconstrução do positivismo jurídico?*. São Paulo: Método, 2008.

OTTO, Écio; POZZOLO, Susanna. *Neoconstitucionalismo e positivismo jurídico: as faces da teoria do direito em tempos de interpretação moral da Constituição*. 3ª ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012.

OTTO, Ignacio de. *Derecho constitucional: sistema de fuentes*. 2ª ed. Barcelona: Ariel, 1998.

PALU, Oswaldo Luiz. *Controle dos atos de governo pela jurisdição*. São Paulo: RT, 2004.

PEDRON, Flávio Quinaud. “A distinção entre legislação e jurisdição no pensamento de Klaus Günther”. *Revista CEJ*. Brasília. Ano XII, n. 41, abr./jun. 2008.

PEDUZZI, Maria Cristina Irigoyen. “Entre a consciência e a lei: ativismo judicial no século XXI”. *Revista LTr*. São Paulo, v. 79, jul. 2015.

_____. “O princípio da dignidade da pessoa humana e sua eficácia concreta”. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, vol. 75, jan.-mar. 2009.

_____. *O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na Perspectiva do Direito como Integridade*. São Paulo: LTr, 2009.

PEDUZZI, Pedro. “Terceirização: magistrados temem insegurança e retrocesso na lei trabalhista”. *Agência Brasil*. Disponível em {<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-04/terceirizacao-magistrados-temem-inseguranca-e-retrocesso-na-lei-trabalhista>}. Acesso em 14 de novembro de 2017.

PEÑA FREIRE, Antonio Manoel. *La garantía en el Estado constitucional de derecho*. Madrid: Trotta, 1997.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. “A Estrutura Normas Constitucionais. Notas sobre a Distinção entre Princípios e Regras”. In PEIXINHO, Manoel Messias; GUERRA, Isabella Franco; NASCIMENTO FILHO, Firly. *Os Princípios da Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

PEREIRA, João Batista Brito. “A terceirização, a Lei e a Súmula nº 331 do TST”. In MARTINS FILHO, Ives Gandra; DELGADO, Maurício Godinho; PRADO, Ney; ARAÚJO, Carlos. *A Efetividade do Direito e do Processo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PERELMAN, Chaïm. *Ética e Direito*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Lógica Jurídica: Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PERLINGIERI, Pietro. *O Direito Civil na Legalidade Constitucional*. Edição brasileira organizada por Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PFERSMANN, Otto. *Positivismo Jurídico e Justiça Constitucional no século XXI*. Tradução de Alexandre Coutinho Pagliarini. São Paulo: Saraiva, 2014.

PIÇARRA, Nuno. *A Separação dos Poderes como Doutrina e Princípio Constitucional: um contributo para o estudo das suas origens e evolução*. Coimbra: Coimbra Editora, 1989.

PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988: Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Lúmen Juris, 2008.

PIOVESAN, Flávia. "A implementação dos direitos humanos nas cortes brasileiras". *Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*. Brasília, n. 12, 1998.

_____. "A proteção dos direitos humanos no sistema constitucional brasileiro". *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*. São Paulo, n. 51/52, 1999(a).

_____. "Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988". In GIOVANNETTI, Andrea (org.). *60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: conquistas do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009(a).

_____. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 15ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. "Direitos humanos globais, justiça internacional e o Brasil". In AMARAL JÚNIOR, Alberto do; PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.). *O cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999(b).

_____. "Direitos Humanos, o Princípio da Dignidade Humana e a Constituição Brasileira de 1988". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 833, mar. 2005.

_____. "Igualdade, Diferença e Direitos Humanos: Perspectivas Global e Regional". In BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; BERCOVICI, Gilberto; MELO, Claudineu de. *Direitos Humanos, Democracia e República: Homenagem a Fábio Konder Comparato*, São Paulo: Quartier Latin, 2009(b).

_____. “Proteção internacional dos direitos humanos: desafios e perspectivas”. *Revista de Direito Internacional e Econômico*, ano 1, nº 2, Publicação Oficial do Instituto Nacional do Contencioso Econômico – INCE/Síntese, jan./fev./mar. 2003.

_____. *Proteção judicial contra omissões legislativas: ação direta de inconstitucionalidade por omissão e mandado de injunção*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. *Temas de Direitos Humanos*. 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 2009(c).

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. *Princípios de Direito do Trabalho*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2015.

POGREBINSCHI, Thamy. “Ativismo Judicial e Direito: considerações sobre o debate contemporâneo”. *Revista Direito, Estado e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, v. 9, n. 17, ago./dez. 2000.

POSNER, Richard A. *A Problemática da Teoria Moral e Jurídica*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

POZZOLO, Susanna. *Neoconstituzionalismo e positivismo giuridico*. Torino: Giappichelli, 2001.

_____. “Neoconstitucionalismo y Especificidad de la Interpretación Constitucional”. *DOXA – Caudernos de Filosofía del Derecho*. Alicante, Universidade de Alicante, n. 21, 1998.

_____. “Reflexões esparsas em torno ao positivismo jurídico e à globalização”. In DIMOULIS, Dimitri; DUARTE, Écio Otto (coords.). *Teoria do Direito Neoconstitucional: Superação ou reconstrução do positivismo jurídico?*. São Paulo: Método, 2008.

_____. “Um constitucionalismo ambíguo”. In CARBONELL, Miguel. *Neoconstitucionalismo(s)*. Madrid: Trotta, 2003.

PRADO, Ney. “A Reconstrução possível do Direito do Trabalho”. In MARTINS FILHO, Ives Gandra; MANNRICH, Nelson; PRADO, Ney (coords.). *Os Pilares do Direito do Trabalho*. São Paulo: Lex Editora, 2013.

_____. “Com tendência à demagogia”. *O Estado de S. Paulo*. 30 de março de 2017.

RAMOS, Elival da Silva. *Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos*. São Paulo: Saraiva, 2010(a).

_____. *Controle de constitucionalidade no Brasil: perspectivas de evolução*. São Paulo: Saraiva, 2010(b).

_____. “Controle Jurisdicional de Políticas Públicas”. *Revista da Faculdade de Direito*. São Paulo, 2007.

_____. “Eficácia de Normas Constitucionais, Implementação de Direitos Fundamentais e Ativismo Judiciário”. In FRANCISCO, José Carlos. (coord. e coautor). *Neoconstitucionalismo e atividade jurisdicional: do passivismo ao ativismo judicial*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

RAZ, Joseph. *La autoridad del derecho: ensayos sobre derecho y moral*. Tradução de R. Tamayo e Salmorán. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1985.

_____. *Le ética en el ámbito público*. Barcelona: Gedisa, 2001.

REALE, Miguel. “A Equidade no Direito do Trabalho”. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, vol. 69, n. 1, 1974.

_____. “Constituição Terceiro-Mundista”. *O Estado de São Paulo*. 05 de outubro de 1988.

_____. *Fontes e Modelos do Direito: para um novo paradigma hermenêutico*. São Paulo: Saraiva, 1994.

_____. *Lições Preliminares de Direito*. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

REGLA, Josep Aguiló. “Del ‘imperio de la ley’ al ‘Estado constitucional’. Dos paradigmas jurídicos en pocas palabras”. In MOREIRA, Eduardo Ribeiro; PUGLIESI, Marcio (coords.). *20 anos da Constituição brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. “Democracia, Direito e Legitimidade. A Crise do Sistema Representativo Contemporâneo e os Novos Desafios do Contrato Social”. In ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira; MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro (coords.). *Lições de Direito Constitucional: em homenagem ao Professor Jorge Miranda*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

ROMITA, Arion Sayão. *Direitos fundamentais nas relações de trabalho*. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2014.

_____. *O princípio da proteção em xeque*. São Paulo: LTr, 2003.

ROSS, Alf. *Direito e justiça*. São Paulo: Edipro, 2000.

ROSS, Alf. *Sobre el derecho y la justicia*. Tradução de Genaro R. Carrió. 3ª ed. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1974.

RUSSOMANO, Mozart Victor Russomano. *Comentários à CLT*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

SABINO, Marco Antonio da Costa. “Quando o Judiciário ultrapassa seus limites constitucionais e institucionais: o caso da saúde”. In GRINOVER, Ada Pellegrini;

WATANABE, Kazuo (coords.). *O controle jurisdicional de políticas públicas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

_____. *Saúde & Judiciário: a atuação judicial – limites, excessos e remédios*. Curitiba: Juruá, 2016.

SABOIA, Gilberto Vergne. “Significado Histórico e Relevância Contemporânea da Declaração Universal dos Direitos Humanos para o Brasil”. In GIOVANNETTI, Andrea (org.). *60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: conquistas do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

SALDANHA, Nelson. *O Estado moderno e a separação de poderes*. São Paulo: Saraiva, 1987.

SAMPAIO, José Adércio Leite. *A Constituição reinventada pela jurisdição constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

SANCHÍS, Luis Prieto. “Constitucionalismo e garantismo”. Tradução de Eduardo Ribeiro Moreira. In MOREIRA, Eduardo Ribeiro; PUGLIESI, Marcio (coords.). *20 anos da Constituição brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *Constitucionalismo y positivismo*. México: Fontammara, 1997.

_____. *Interpretación jurídica y creación judicial del Derecho*. Lima: Temis, 2007.

_____. *Justicia constitucional y derechos fundamentales*. Madrid: Trotta, 2003(a).

_____. “Neoconstitucionalismo y Ponderación Judicial”. In CARBONELL, Miguel (edición). *Neoconstitucionalismo(s)*. Madrid: Editorial Trotta, 2003(b).

_____. “Notas sobre la interpretación constitucional”. *Revista del Centro de Estudios Constitucionales*, n. 9, Mayo-agosto 1991.

_____. *Sobre Principios y Normas – Problemas del Razonamiento Jurídico*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1992.

_____. “Tribunal Constitucional y positivismo jurídico”. *DOXA – Caudernos de Filosofía del Derecho*. Alicante: Universidade de Alicante, n. 23, 2000.

SARAIVA, Paulo Lopo. *Garantia Constitucional dos Direitos Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A Constituição concretizada: construindo pontes com o público e o privado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

_____. “A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro”. In CANOTILHO, J. J. Gomes; CORREIA, Marcus Orione

Gonçalves; CORREIA, Erica Paula Barcha (orgs.). *Direitos fundamentais sociais*. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais. Uma Teoria Geral dos Direitos Fundamentais na Perspectiva Constitucional*. 12ª ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015(a).

_____. “As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma concepção jurídico-constitucional necessária e possível”. In SARLET, Ingo Wolfgang (org.). *Dimensões da Dignidade: Ensaio de Filosofia do Direito e Direito Constitucional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

_____. “Dignidade da Pessoa Humana e Abertura Material do Catálogo de Direitos Fundamentais na Constituição de 1988: Algumas Aproximações” In BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; BERCOVICI, Gilberto; MELO, Claudineu de. *Direitos Humanos, Democracia e República: Homenagem a Fábio Konder Comparato*, São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. *Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 10ª ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015(b).

_____. “Dignidade (da pessoa) humana, mínimo existencial e justiça constitucional: algumas aproximações e alguns desafios”. *Revista do CEJUR/TJSC: Prestação Jurisdicional*, v. 1, n. 01, dez. 2013.

_____. “Direitos fundamentais sociais, “mínimo existencial” e direito privado: breves notas sobre alguns aspectos da possível eficácia dos direitos sociais nas relações entre particulares”. In SARMENTO, Daniel; GALDINO, Flávio (orgs.). *Direito fundamentais: Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang; FIGUEIREDO, Mariana Filchtner. “Reserva do possível, mínimo existencial e direito à saúde: algumas aproximações”. In SARLET; Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti. *Direitos Fundamentais: orçamento e “reserva do possível”*. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

SARMENTO, Daniel. *Direitos Fundamentais e Relações Privadas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. “Interpretação Constitucional, Pré-compreensão e Capacidades Institucionais do Intérprete”. In SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo (coord.). *Vinte anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

_____. “O neoconstitucionalismo no Brasil: riscos e possibilidades”. In FELLET, André Luiz Fernandes; PAULA, Daniel Giotti de; NOVELINO, Marcelo (orgs.). *As Novas Faces do Ativismo Judicial*. Salvador: Editora Jus Podivm, 2011.

_____. “Os Princípios Constitucionais e a Ponderação de Bens” In TORRES, Ricardo Lobo (org). *Teoria dos Direitos Fundamentais*, Rio de Janeiro: Renovar, 2ª ed. 2001.

_____. “Ubiquidade constitucional: os dois lados da moeda”. In SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel (coords.). *A Constitucionalização do Direito*. Fundamentos teóricos e aplicações específicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

SCHMITT, Carl. *O guardião da Constituição*. Tradução de Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SCHOLLER, Heinrich. “O Princípio da Proporcionalidade no Direito Constitucional e Administrativo da Alemanha”. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, n. 215, jan.-mar. 1999.

SEVERO, Valdete Souto. “Há caminhos para resistir à ‘reforma’ trabalhista?”. *Justificando Carta Capital*. Disponível em {[www.http://justificando.cartacapital.com.br/2017/11/27/há-caminhos-para-resistir-reforma-trabalhista-2](http://justificando.cartacapital.com.br/2017/11/27/h%C3%A1-caminhos-para-resistir-reforma-trabalhista-2)}. Acesso em 29 de novembro de 2017.

SILVA, Cleide. “Em 2016, Brasil ganha 3 milhões de ações trabalhistas”. *O Estado de S. Paulo*. 26 de dezembro de 2016.

SILVA, Diogo Bacha e. *Ativismo no controle de constitucionalidade: a transcendência dos motivos determinantes e a (i)legítima apropriação do discurso de justificação pelo Supremo Tribunal Federal*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

SILVA, Floriano Correa Vaz da. “A Equidade e o Direito do Trabalho”. *Revista LTr*, vol. 28. São Paulo: LTr, 1974.

SILVA, José Afonso da. A Dignidade da Pessoa Humana como Valor Supremo da Democracia. *Revista de Direito Administrativo*, vol. 212, 1998.

_____. *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

SILVA, Virgílio Afonso da. *A Constitucionalização do Direito: Os direitos fundamentais nas relações entre particulares*. São Paulo: Malheiros, 2014(a).

_____. *Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. São Paulo: Malheiros, 2ª ed. 2014(b).

_____. “O Judiciário e as políticas públicas”. In SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel (coords.). *Direitos sociais: fundamentação, judicialização e direitos sociais em espécie*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SIQUEIRA CASTRO, Carlos Roberto. *A Constituição Aberta e os Direitos Fundamentais*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

_____. “Dignidade da pessoa humana: o princípio dos princípios constitucionais”. In SARMENTO, Daniel; GALDINO, Flávio (orgs.). *Direito fundamentais: Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Lobo Torres*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

_____. “20 Anos da Constituição Democrática de 1988”. In SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo (coord.). *Vinte Anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

SLAIBI FILHO, Nagib. “Breve história do controle de constitucionalidade”. In MOREIRA, Eduardo Ribeiro; PUGLIESI, Marcio (coords.). *20 anos da Constituição brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2009.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. *Hermenêutica e Interpretação Jurídica*. 3ª ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. “Controle de Constitucionalidade e Democracia: Algumas Teorias e Parâmetros de Ativismo”. In SARMENTO, Daniel (coord.). *Jurisdição Constitucional e Política*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

STUMM, Raquel Denise. *Jurisdição constitucional e hermenêutica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

_____. “O papel da jurisdição constitucional na realização dos direitos sociais fundamentais”. In SARLET, Ingo Wolfgang (org.). *Direitos fundamentais sociais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Direito Constitucional do Trabalho*. 4ª ed. ampl. e atual., Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

SUSTEIN, Cass. *A Constituição parcial*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

TARUFFO, Michele. *Uma simples verdade. O juiz e a construção dos fatos*. Tradução de Vitor de Paula Ramos. Madrid: Marcial Pons, 2012.

TATE, C. Neal; VALLINDER, Torbjörn. *The Global Expansion of Judicial Power*. New York: New York University Press, 1997.

TAVARES, André Ramos. “A Constituição é um elemento valorativo?”. *Revista brasileira de direito constitucional*, n. 9, jan./jun. 2007.

_____. “Concretização Constitucional”. In MOREIRA, Eduardo Ribeiro; PUGLIESI, Marcio (coords.). *20 anos da Constituição brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. “Elementos para uma teoria geral dos princípios”. In LEITE, Salomão (org.). *Dos princípios constitucionais*. Considerações em torno das normas principiológicas da Constituição. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. *Paradigmas do Judicialismo Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2012.

TAVARES, Rodrigo. “Neopositivismos: novas ideias sobre uma antiga tese”. In DIMOULIS, Dimitri; DUARTE, Écio Otto (coords.). *Teoria do Direito Neoconstitucional: Superação ou reconstrução do positivismo jurídico?*. São Paulo: Método, 2008.

TEODORO, Maria Cecília Máximo. *O juiz ativo e os direitos trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Código de Processo Civil Anotado*. 20ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

TORRES, Ricardo Lobo. “A Cidadania Multidimensional na Era dos Direitos”. In TORRES, Ricardo Lobo (org). *Teoria dos Direitos Fundamentais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

_____. “O mínimo existencial e os direitos fundamentais”. *Revista de Direito da Procuradoria Geral*. Rio de Janeiro, n. 42, julho/setembro 1990.

VALE, André Rufino do. *Estrutura das normas de direitos fundamentais: repensando a distinção entre regras, princípios e valores*. São Paulo: Saraiva, 2009.

VERBICARO, Loiane Prado. *Judicialização da Política, Ativismo e Discrecionalidade Judicial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

_____. “Um estudo sobre as condições facilitadoras da judicialização da política no Brasil”. *Revista Direito GV*. São Paulo, vol. 4, jul-dez 2008.

VERÍSSIMO, Marcos Paulo. “A Constituição de 1988, vinte anos depois: Suprema Corte e ativismo judicial ‘à brasileira’”. *Revista Direito GV*, São Paulo 4(2), jul-dez 2008.

VIANNA, Luís Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; MELO, Manoel Palacios Cunha; BURGOS, Marcelo Baumann. *A judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

WALDRON, Jeremy. *A dignidade da legislação*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. “A Essência da Oposição ao *Judicial Review*”. Tradução de Adauto Villela. In BIGONHA, Antonio Carlos Alpino; MOREIRA, Luiz. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____. *Derecho y Desacuerdos*. Madrid: Editorial Marcial Pons, 2005.

_____. *Law and disagreement*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

WALUCHOW, W. J. *Inclusive legal positivism*. Oxford: Clarendon Press, 1994.

WATANABE, Kazuo. “Controle jurisdicional de políticas públicas: mínimo existencial e demais direitos fundamentais imediatamente judicializáveis”. In GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (coords.). *O controle jurisdicional de políticas públicas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

WEISS, Carlos. *Os direitos humanos contemporâneos*. São Paulo: Malheiros, 1999.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, Estado e Direito*. 4ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2003.

ZAGREBELSKY, Gustavo. *El Derecho Dúctil. Ley, derechos, justicia*. Tradução de Marina Gascón. 10.ed. Madrid: Trotta, 2011.

_____. *La giustizia costituzionale*. Milão: Il Mulino, 1988.

_____. “Estado Constitucional”. In ALMEIDA, Fernando Dias Mendes de; AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do; LEAL, Roger Stiefelmann; HORBACH, Carlos Batisde (coord.). *Direito Constitucional, Estado de Direito e Democracia: Homenagem ao Prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

ZUFELATO, Camilo. “Controle Judicial e Políticas Públicas mediante Ações Coletivas e Individuais”. In GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (coord.). *O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 2013.